

Otimismo para reescalonamento

Paris — Os funcionários do governo brasileiro, Antônio de Pádua Seixas e Álvaro Alencar, saíram ontem da reunião do Clube de Paris com uma esperança renovada para um rápido reescalonamento de cerca de 9 bilhões de dólares de dívidas.

Abrimos a porta para a normalização das relações com o Clube de Paris, disse Alencar, chefe de relações internacionais do Ministério da Fazenda.

Estou muito satisfeito, pois aconteceu o que estávamos esperando, acrescentou o delegado brasileiro, que participou da reunião com Seixas, diretor do Banco Central para assuntos da dívida externa.

Ele esclareceu que não foram tomadas decisões definitivas no encontro, que durou todo o dia. Em 19 de janeiro, o Clube de Paris realizará outra reunião com funcionários do Brasil.

Alencar e Seixas, de imediato, não deram detalhes sobre as conversações, apenas indicando o óbvio que 15 países credores estavam envolvidos nas negociações. O Brasil tem a mais alta dívida externa entre os países em desenvolvimento: cerca de 107 bilhões de dólares.

As conversações informais do Clube de Paris são consideradas cruciais para a credibilidade do governo civil do presidente José Sarney, no poder há 21 meses, já que o Brasil vem enfatizando a necessidade de negociar o refinanciamento de sua dívida externa sem se submeter aos rígidos esquemas do Fundo Monetário Internacional.

A Embaixada do Brasil em Paris procurou minimizar as discussões de ontem afirmando que Seixas e Alencar estavam aproveitando a ocasião apenas para fazer contatos e prestar esclarecimentos.

O Brasil já indicou que quer resolver rapidamente o reescalonamento de sua dívida com o Clube de Paris — dívidas garantidas por governos — de modo a sustentar sua credibilidade quando fôr negociar os créditos maiores com os grandes bancos particulares dos Estados Unidos e da Europa.

O governo brasileiro também precisa de um acordo rápido para ajudar a fortalecer sua economia, a qual, segundo analistas, deu sinais de que pode se envolver num novo ciclo de altas taxas de inflação e de déficits comerciais.